



TIC E ENSINO REMOTO: COMO AS FORMAÇÕES CONTINUADAS PREPARARAM OS PROFESSORES PARA ESTE DESAFIO

Eliane Nascimento dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: likaenascimento@hotmail.com

Higro Souza Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: Higro.souza@hotmail.com

2832

INTRODUÇÃO

A formação dos educadores brasileiros é um tema gerador de muita discussão, debate, estudos e mudanças ao longo dos mais de 20 anos. A temática é também uma política pública governamental que vem sendo modificada com o passar do tempo, no entanto, essas alterações realizadas pelos gestores objetivam atender aos anseios das políticas capitalistas, que intervêm nas políticas educacionais no Brasil e em outros países.

Conforme Saviani (2012), os professores devem ser formados de maneira que contemple os aspectos teórico-prático, visto que sua atuação reverbera sobre a aprendizagem dos estudantes. Para isso, é necessário que estes os professores conheçam, manuseiem e tenham acesso à várias ferramentas educacionais, dentre elas, as Tecnologias da Educação e Comunicação, (TIC). O direito de acesso às TIC é abordado nas várias legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 9.394/96, Plano Nacional da Educação, PNE, bem como, no documento normatizador da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, dentre outras.

De acordo Mazzeu (2012), a formação continuada dos professores é acompanhada de muitas lacunas, pois, os gestores públicos ao aderirem às propostas dos empresários da educação, que versam sobre a teoria do aprender a aprender, permitem que os professores sejam “executores” destes programas, o qual baseia o conhecimento no exercício da prática, sem reflexão e estudo teórico. Os educadores são submetidos a cursos aligeirados, sem acesso e manuseio às TIC e TIC Educacional, por exemplo.

A tecnologia é um bem social e deve ser acessado por todos, conforme Santos (2019), é sobretudo, um produto da indústria humana e vem sendo utilizada, de forma exagerada por empresas capitalistas, para modificar a natureza. Já a TIC Educacional é



um conjunto de elementos humanos e não humanos, tecnológicos e tecnologias que visam facilitar o processo de ensino. A inserção da TIC na Educação começa a ser pensada na década de 1940 e se consolida na década de 1990, vindo de tentativa de muitos programas, se consolidando dentro da política pública, Ciência e Tecnologia, conforme destaca (SANTOS, 2019).

O acesso às TIC Educacional deve ser uma constante pelos educadores, pois, o ensino precisa se adequar às novas realidades, no entanto, a vivência do isolamento social nos anos de 2020 e 2021, causado pela pandemia da Covid-19, provou que a TIC ainda é uma utopia nas escolas, sendo mais difícil nos espaços públicos. A experiência com o Ensino Remoto Emergencial é um dos exemplos da dificuldade encontrada.

O Ensino Remoto Emergencial, ERE, foi uma medida governamental de caráter excepcional e temporário utilizada nos anos de 2020 e 2021, tendo sido sancionado pelo Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, pelo presidente da república, como estratégia de não interrupção do vínculo escola e estudantes.

QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVO

Diante desta situação inusitada, vários questionamentos foram levantados, a saber o que originou esse texto, que visa indagar: “quais desafios foram encontrados pelos professores da educação básica, nos anos de 2021 e 2022, ao ministrarem as aulas durante o período de isolamento social usando o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e os recursos da TIC”? E, para respondermos à tal questão, esse texto traz como objetivo compreender quais desafios foram encontrados pelos professores da educação básica, nos anos de 2021 e 2022, ao ministrarem as aulas durante o período de isolamento social usando o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e os recursos da TIC, e para esse feito foram realizadas análises às respostas do questionário aplicado aos educadores nos anos citados, dando ênfase as lacunas existentes na formação continuada dos professores, no tocante ao uso das TIC em sala de aula.

RELEVÂNCIA

O estudo da temática “formação de professores” é bastante relevante e necessita de atenção, estudos e acompanhamento, dos pesquisadores, professores, militantes dos movimentos sociais e demais envolvidos na área educacional, pois, as alterações que

2833

Realização:



Apoio:





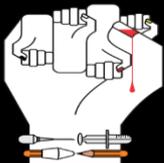
vem ocorrendo nas Diretrizes, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Formação de Professores, trazem vieses neoliberais que primam por “formar” professores e alunos alienados que não protagonizam a própria história. O professor é instrumentalizado a colocar em prática o que as instituições nacionais e multilaterais objetivam. Tais medidas acontecem desde os anos de 1990, quando idealizada na Conferência de Jontiem, Tailândia, e acatada no país pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, tendo este posto em vigor as cláusulas apresentadas.

Como demonstra a história, o governo do Brasil subordinou e tornou-se parceiro dos ditames do capital-imperialista, de acordo Evangelista (2012, p. 41), “foi parceiro fundamental na proposição de uma política educacional que tivesse em mente a formação para o trabalho simples e para as funções técnicas de nível médio ao sabor da agenda bancomundialista”. Conforme a autora, as intervenções neoliberais têm adentrado o espaço educacional realizando ações, às vezes implícitas, tal como o crescimento da privatização do ensino superior, na ampliação das formações docentes em escolas de Ensino Superior Particular, sobretudo, no formato EaD e por meio das parcerias público-privadas que têm se difundido no país.

Ainda conforme a autora, uma das estratégias usadas pelo capital para modificar tais documentos que dispõem sobre a formação dos professores, é culpabilizar a educação pelas mazelas educacional e social, atribuir o fracasso, a pobreza, o atraso, a crise econômica do Brasil, à fatores meramente educacionais. As corporações argumentavam, nos anos de 1990, que não era cabível um velho professor em países que se vislumbravam a globalização, este profissional precisava (e ainda precisa ser) ser polivalente, flexível, superprofessor. Essa estratégia perversa releva-se também ao delegar à educação a salvadora dos problemas sociais: “para velar as determinações econômicas que estão na origem da produção dos problemas sociais – e também da sua solução – a educação é chamada a explicá-la e, mais, a resolvê-la. (EVANGELISTA, 2012, p. 43). É perceptível que buscam convencer o professor a aderirem aos pacotes educacionais, pois, estes se tornaram obstáculos ao que preconizam. O professor que lê, que questiona, que indaga, que não aceita as proposições é visto como um impecílio.

METODOLOGIA

Para construção deste texto, foi realizada uma pesquisa mista, de abordagem qualitativa-quantitativa, a pesquisa *Survey* exploratória descritiva. Nesse feito, foi



realizada uma análise ao questionário eletrônico da plataforma *SurveyMonkey*, aplicado há um grupo de 756 professores, respondido de forma voluntária, durante o período de isolamento social no ano de 2020. Tal medida foi necessária após se cumprir a medida governamental de distanciamento social, devido à Covid-19. O questionário foi elaborado e organizado pelo Grupo de Estudos e pesquisas, Movimentos Sociais, Diversidade do Campo e da Cidade, Gepemdecc, que utilizou uma rede de contatos entre os educadores da educação básica para socializar o instrumento. Tal feito alcançou os estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

2835

RESULTADOS

Dados da pesquisa comprovam que as formações continuadas, nas quais os educadores brasileiros vêm tendo acesso, são deficitárias no tocante ao conhecimento e manuseio às TIC. Conforme os entrevistados, durante os cursos de graduação, especializações, ou as formações continuadas em serviço, sobretudo as que foram proporcionadas pelas redes de trabalho, não houve, um olhar cuidadoso para com o uso das TIC. A falta de acesso as essas informações foram percebidas com mais precisão nos anos 2020-2021, durante o Ensino Remoto Emergencial.

De acordo os dados encontrados na análise do questionário destacam-se que, 34,8% têm nível em graduação e 51,9% destes têm a formação com pós-graduação. Dentre os que realizaram a graduação e pós-graduação 63,3% realizou o curso numa instituição privada, e 69,3% o fizeram no formato de Educação à Distância, EaD, confirmando a informação trazida anteriormente sobre o aumento das instituições particulares que oferecem cursos de licenciaturas, aos educadores. Outro dado relevante apresentado é o quantitativo de profissionais em regime efetivo, sendo 58,3%, ou seja, se estas pessoas estão recorrendo aos cursos em instituições privadas é porque as formações públicas não os alcançaram.

No tocante ao acesso às TIC os pesquisados informaram que tem acesso à internet nas escolas, porém, quando questionados sobre os programas que deveriam proporcionar a formação continuada nas escolas, para uso e manuseio das TIC e TIC Educacional, tal como o programa Proinfo, 44,2% relataram que este programa é inexistente nas escolas, nas quais atuam. Quanto ao conhecimento que dominam sobre essa temática, 35% classifica que é intermediário e 59,6% relata que é básico. Os dados revelam ainda que 80% dos pesquisados não fizeram cursos relacionados à tecnologia

Realização:



Apoio:





educacional e 64,1% relataram que ao longo da carreira profissional, a rede de ensino na qual está vinculada, não proporcionou acesso a cursos de formação continuada ou de extensão que tratem das TIC Educacional. Os dados relatam também que, durante os anos de 2020 e 2021, 71% dos pesquisados precisaram utilizar ferramentas que envolviam a TIC na sala de aula, no entanto, a qualidade da internet, a falta de suporte técnico, na escola ou em suas residências, foram os maiores entraves.

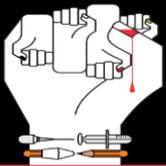
CONCLUSÃO

Os resultados das análises demonstraram que os educadores encontraram muitas dificuldades para executarem as aulas por meio do ERE, uma vez que não tiveram acesso às formações continuadas com manuseio ou conhecimento teórico sobre as TIC. No entanto, vê-se que esses recursos são necessários em sala de aula, estando os educadores imersos no tempo de isolamento social ou presencial, todavia, é entendido que os gestores não tinham se adequados para viver tamanha dificuldade. A realidade trás em evidência que, apesar da existência de cursos que abarcam a formação continuada com uso das TIC, a lacuna sobre o manuseio e vivência com estas é uma verdade.

Como destacado pelos autores nesta produção, as propostas de formação de professores, idealizados pelas corporações nacionais e multilaterais, pressupõem o exercício da prática em detrimento da teoria, cursos aligeirados que não contribuem para o aprimoramento profissional e formação reflexiva. Como destaca Evangelista (2012, p.48), esses cursos prejudicam o professor e o seu papel na sociedade, sobretudo, o projeto social que precisamos defender da/na escola pública, pois: “É por meio da escola pública que o conhecimento, como direito social, pode ser socializado e apropriado pelas classes subalternas”. Nesta feita, reiteramos que urge a necessidade de refletirmos sobre as formações continuadas no país, uma vez, que esse feito se torna um ato de resistência, de negação às propostas que capitalistas.

PALAVRAS-CHAVE: TIC. TIC Educacional. Formação Continuada.

2836



REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5, 28 de abril de 2020. Parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19.

EVANGELISTA, Olinda. Políticas públicas educacionais contemporâneas, formação docente e impactos na escola. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Junqueira&Marin Editores Livro 1 - p.39

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. O método de pesquisa survey. RAUSP Management Journal, v. 35, n. 3, p. 105- 112, 2000.

SANTOS, Eliane Nascimento. A política do Proinfo no ensino fundamental: estudo sobre os laboratórios de informática em escolas do campo no município de Vitória da Conquista/Ba. 2019. 260 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2019.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! - 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

2837

Realização:



Apoio:

